O PONTO CEGO EM *BRASIL, PAÍS DO FUTURO*, DE STEFAN ZWEIG

SAUL KIRSCHBAUM

Abstract

In 1941, Stefan Zweig published a book full of praises: *Brasil, País do Futuro* (*Brazil: a land of the future*). Since then, the factors that led him to write that book have sparked intense controversy. After seven decades, those controversies reveal themselves as irrelevant. After all, if the book was the price paid by Zweig for the right to live in Brazil, who can judge him for that?

However, a new reading of *Brasil, País do Futuro*, with the distance that the elapsed time allows, calls attention to an until now little-noticed aspect, a kind of **blind spot**: Where are the Jews in his book? Aside from brief references to the coming of New Christians with the first Portuguese settlers and their contribution to the economic formation of the country in the colonial period, there is no room for Jews in Zweig's Brazil.

Keywords: Stefan Zweig, literature of exile, immigration; Jewish identity

Não quero que o judaísmo seja uma prisão do sentimento que faça obstáculo à minha compreensão do resto do mundo: tudo o que é da ordem de uma oposição dentro do judaísmo me é antipático; mas sei que repouso nele e que jamais poderei ser um renegado.

Carta de Stefan Zweig a Martin Buber, 8.5.1916

Este artigo visa refletir sobre as amarguras da condição do imigrante, em particular do imigrante forçado a mudar de país de residência por motivo de dificuldades insuperáveis em seu país de origem, sejam de natureza econômica, política, étnica ou religiosa, configurando-o, mais propriamente, como exilado ou refugiado. Para essa reflexão, escolhemos a trajetória do escritor Stefan Zweig, judeu nascido na Áustria em 1881 cuja obra alcançara, nas primeiras décadas do século XX, grande difusão em todo o mundo, com traduções em inúmeros idiomas e centenas de milhares de exemplares vendidos. Com a ascensão do nazismo, Zweig teve seus livros queimados em público e viu-se proibido de voltar para a Áustria bem como de entrar na Alemanha e em qualquer país ocupado.

Em 1936, a caminho de Buenos Aires, onde iria participar do congresso do Pen Club, Stefan Zweig aceitou convite para visitar o Brasil. Suas expectativas “não eram lá muito grandes”,¹ mas surpreendeu-se ao encontrar aqui o que descreveu como

um aspecto absolutamente próprio, com ordem e perfeição na arquitetura, e no traçado da cidade, aqui havia arrojo e grandiosidade em todas as coisas novas e, ao mesmo tempo, uma civilização antiga ainda conservada de modo muito feliz, graças à distância.²

Esta reversão de expectativas, diz ele ainda, motivou-o a projetar uma volta ao Brasil logo no ano seguinte. Por causa da situação internacional – em 1937 a Guerra Civil Espanhola, em 1938 a incorporação da Áustria pela Alemanha (“*Anschluss*”), em 1939 a queda da Tchecoslováquia, a invasão da Polônia e a eclosão da Segunda Guerra Mundial –, Zweig teve que adiar repetidamente a execução de seu projeto; seu retorno ao Brasil acabou acontecendo somente em 1940, em princípio para “tentar fazer dele uma pequena descrição”,³ mas, na verdade, desta vez para ficar. Tendo obtido, em 1940, visto de residência, já em 1941 passaria a residir permanentemente no Brasil..

1 Stefan Zweig, *Brasil, País do futuro* (trad. Odilon Gallotti), Rio de Janeiro 1941, p. 9.

2 *Ibid.*, p. 11.

3 *Ibid.*, p. 12.

Neste mesmo ano de 1941, Zweig concluiria e tornaria pública essa “pequena descrição”, em forma de livro: *Brasil, País do futuro*; escrita em alemão, a obra foi logo traduzida em português e lançada pela Editora Guanabara. Em outro lugar, pouco mais tarde, Zweig diria, a respeito do Brasil, que “[f]eliz vendo a múltipla beleza dessa nova natureza, aqui eu lançara um olhar para o futuro”.⁴ Não obstante, um ano depois, em Petrópolis, onde passara a residir com Lotte, sua segunda esposa, o casal cometera suicídio.⁵

As circunstâncias que o levaram a escrever *Brasil, País do Futuro* têm sido, desde então, motivo de intensas controvérsias. Já no “Prefácio”, de julho de 1941, Afrânio Peixoto afirmava que

[é] o mais “favorecido” dos retratos do Brasil. Nunca a propaganda interesseira, nacional ou estrangeira, disse tanto bem do nosso país e o autor, por ele, não deseja nem um aperto de mão, nem um agradecimento. Amor sem retribuição.⁶

Alberto Dines, porém, que desenvolveu a mais extensa pesquisa sobre a estada de Zweig no Brasil e seu trágico final, publicada em 1981, centenário de seu nascimento, sugere outra explicação: que a escrita do livro teria sido o preço pago pelo intelectual em troca de vistos permanentes de residência no Brasil:

Os encontros de Zweig com Fontes logo provocaram a impressão de que o escritor fora cooptado pelo Estado Novo, contratado para emprestar sua pena para glorificá-lo. Quando *Brasil, País do Futuro* foi publicado no ano seguinte, ainda que fizesse a junção passado-futuro, para escapar do presente, as *fofocas* pareceram confirmadas pelo seu tom apologético. Imprensa sob controle, rumor e boatos ganham foros de credibilidade.⁷

4 Idem, *O mundo que eu vi* (trad. Lya Luft), Rio de Janeiro 1999, p. 476.

5 Stefan Zweig e sua esposa Lotte suicidaram-se em Petrópolis, RJ, na noite de 22 para 23 de fevereiro de 1942.

6 Afrânio Peixoto, “Prefácio” (pp. VII-VIII) em Stefan Zweig (ver nota 2), p. VIII.

7 Alberto Dines, *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig no país do futuro*, Rio de Janeiro 1981, p. 253, grifos no original. Lourival Fontes, segundo Dines, era “eminência parda do Presidente, um dos seus mais sagazes assessores e responsável pela fabricação do mito personalístico que o envolveu” (ibid., p. 249).

Passadas sete décadas, e com o que apreendemos a respeito das tragédias secundárias resultantes da *Shoah* – secundárias mas não menos trágicas -, as controvérsias se revelam irrelevantes. Afinal, se *Brasil, País do futuro* foi o preço pago por Zweig – agora estrangeiro no mundo, já impossibilitado de viver na Áustria e na França, temendo que outros países também pudessem bani-lo – pelo direito de passar a viver no Brasil, quem pode julgá-lo por isso?

Não obstante, uma releitura da obra ainda é capaz de provocar espanto, pois chama a atenção para um aspecto até agora pouco ou nada enfatizado por seus muitos comentaristas: **onde estão os judeus?** Há como que um ponto cego na visada que o autor lança sobre o país que observa com tanta atenção⁸. Salvo breves referências à vinda de cristãos-novos e judeus não-batizados com os primeiros colonizadores portugueses e sua contribuição para a formação econômica do país no período colonial,⁹ não há espaço para judeus no Brasil de Zweig. De fato, não há judeus no Brasil contemporâneo do autor, somente no distante passado colonial.

O apagamento dos judeus em *Brasil, País do futuro*, na verdade, é gritante. Na página 133, por exemplo, o autor enfatiza o enorme acréscimo de energia que representara, para o Brasil, a imigração de quatro a cinco milhões de europeus brancos nos cinquenta anos que antecedem a escrita do livro, e destaca como altamente favorável, neste influxo, do ponto de vista da civilização e da etnologia, o fato de que os imigrantes procediam

8 Ver, por exemplo, carta de 20.9.1940 a Abrahão Koogan: “Este trabalho concerne ao livro sobre o Brasil, e eu creio que será um livro muito correto – exatamente o que é necessário a um estrangeiro para compreender e melhor ver o Brasil. Eu me esforço por ser o mais honesto possível. Um dos capítulos será intitulado ‘O que eu não vi’, de modo que o livro seja completo e evoque também as regiões que eu não vi com meus próprios olhos”. Original em francês, em Stefan Zweig, *Correspondance 1932-1942*, Paris 2008, pp. 363-4, tradução minha.

9 Stefan Zweig (ver nota 1), pp. 32-3: “Os únicos colonos que voluntariamente para aqui se dirigem sem serem indivíduos libertados de grilhões, indivíduos com estigma, com sentença judicial, são os cristãos novos, os judeus recembatizados. [...] Grupos de judeus batizados e também de não batizados fixam residência nos portos; esses judeus são verdadeiramente os primeiros colonos desta terra. Esses cristãos novos constituem as primeiras famílias da Baía e de Pernambuco e, ao mesmo tempo, os primeiros organizadores do seu comércio”; ver também p. 94.

das mais diferentes partes do mundo – italianos, alemães, eslavos, japoneses [sic], armênios. Nesta enumeração, no entanto, omite completamente o esforço da *Jewish Colonization Association*, fundada pelo barão Maurice de Hirsch, em estabelecer colônias no Rio Grande do Sul, que já começara em 1904, quando quarenta famílias, recrutadas na Bessarábia, com alguma experiência em agricultura, receberam terras e implementos para trabalhar em *Philippson*.¹⁰

Jeffrey Lesser registra que a população judaica no Brasil, em 1940, era superior a 55 mil indivíduos, dos quais 20 mil residiam no então Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro que Zweig conheceu tão bem. Além disso, de uma imigração total de 120 mil pessoas, no período 1936 a 1942, 14 mil eram judeus, mais de 12%.¹¹

Será que a omissão da existência de judeus no Brasil fazia parte do “pacote” encomendado a Zweig pelo governo brasileiro? Esta hipótese não pode ser confirmada ou negada, mas é coerente com a política do governo Vargas quanto à entrada de judeus durante os anos de guerra, e vai ao encontro da tese de que a escrita do livro seria resultado de uma “barganha”. Vale lembrar o comentário de Jeffrey Lesser:

Por volta de 1935, a Questão Judaica havia se transformado no Problema Judaico. [...] As críticas aos judeus e à imigração judaica na imprensa respeitável refletiam um desejo crescente de limitar ou encerrar as entradas. Os nomeados por Vargas para o Itamaraty começaram a elaborar uma

10 Ver, por exemplo, Moacyr Scliar, *Caminhos da esperança: a presença judaica no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre 1985, p. 19 *et passim*. Ver, também, Bila Sorj, “Normalizando’ o Povo Judeu: A experiência da *Jewish Colonization Association* no Brasil” (pp. 87-102) em Bila Sorj (Org.), *Identidades Judaicas no Brasil Contemporâneo*, Rio de Janeiro 1997, pp. 95-6: “Quarenta famílias, recrutadas da Bessarábia, com alguma experiência em agricultura, foram encaminhadas, em 1904, para *Philippson*, distribuídas em 40 fazendas de 25 hectares cada, sendo que parte significativa era de floresta. O colono recebia um inventário consistindo de terra, casa, animais, instrumentos de trabalho, sementes e subsídio, a título de empréstimo, até a primeira colheita. [...] A colônia [de *Quatro Irmãos*] chegou a contar com 200 famílias e mais 89 colonos isolados (ao todo 1.678 pessoas)”.

11 Jeffrey Lesser, *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*, Rio de Janeiro 1995, pp. 315-6.

política imigratória restritiva, com o apoio de diversos burocratas federais, e em 1937 regras severas barraram a entrada de todos os judeus no Brasil, inclusive dos turistas e daqueles que vinham por razões de negócios. O nativismo brasileiro havia se transformado em uma política antijudaica.¹²

Esta política foi implementada com todo o rigor, e teve consequências trágicas. Lesser registra, por exemplo, que

o vapor *Alsina* deixou o porto de Marselha em 1º de janeiro de 1941, com 570 passageiros, inclusive vários refugiados judeus [...]. Alguns dos passageiros possuíam vistos para os Estados Unidos, mas a maioria tinha vistos brasileiros emitidos na França. O grupo teve sua entrada no Brasil recusada e seguiu viagem. Somente após ter sua entrada negada em diversos territórios britânicos, o grupo foi autorizado a desembarcar nos Estados Unidos. O *Alsina* não foi um caso isolado. Dez judeus poloneses com vistos homologados pelo cônsul brasileiro em Glasgow não foram autorizados a embarcar no navio *Zamzam* na Cidade do Cabo.¹³

Será, por outro lado, que Zweig estava tentando ocultar do público leitor sua identidade judaica? Esta impressão encontra eco em um comentário de Alberto Dines, que reforça a tese de que o livro de Zweig teria sido encomendado pelo regime getulista, pois essa hipótese não exclui a anterior:

[Zweig] pronunciou uma conferência na Associação Brasileira de Imprensa, em francês, *La Vienne d'Autrefois*, o mesmo texto que lera em Paris, meses antes. [...] Alfred Gartenberg, escritor e advogado vienense, lá esteve. Ficou indignado com o fato de Zweig não destacar a vida judaica da capital austríaca. No dia seguinte procurou-o no Hotel Paissandu e ficaram conversando algumas horas. Ante a pressão Zweig desabafou:

12 Ibid, p. 159.

13 Ibid, p. 243. Registre-se, de passagem, que o Brasil não foi o único país a dificultar ou mesmo impedir a entrada de refugiados judeus. A situação foi tema da peça teatral de Max Aub, *San Juan*, escrita em 1942, ano em que, por sorte, foi autorizado a entrar no México. Na dedicatória, o autor escreve: “Si México, para mal de la dignidad humana, hubiese sido cualquier otro país, nunca hubiese podido escribir esta obra que vi, clara, maniatado en la bodega de un barco francés peor que este *San Juan* de mi tragedia”. (Max Aub, *San Juan*, México 1994, p. 5).

– Você não pode me compreender? Veja, fui obrigado a escrever um livro sobre o Brasil. O que sei sobre o Brasil?

Como ficou comprovado, ele sabia pouco sobre o Brasil. A lamuriosa pergunta não foi respondida. Gartenberg não quis saber quem o obrigara a escrever um livro sobre o Brasil. Ele próprio imigrara em 1939 com um visto de turista e, depois de insano esforço, conseguira trocá-lo por um visto de permanência.¹⁴

Aparentemente, o texto de *La Vienne d'Autrefois* que Zweig lera antes em Paris já não dava destaque à vida judaica da capital austríaca; não temos acesso a esta versão original, não sabemos se houve alguma alteração para a conferência na Associação Brasileira de Imprensa. Se não houve alteração, poderíamos pensar que Zweig vinha há mais tempo tentando desvincular-se de uma possível identificação judaica. O fato de que tinha plena consciência de que seus problemas eram decorrentes de sua condição judaica – e de que a segurança que sentia podia ser ilusória – é evidente. Em carta a Alfredo Cahn, de 7.9.1940, citada por Alberto Dines, Zweig escreve:

Para completar as notícias, o acordo entre a Rússia e a Alemanha. O que mais pode nos reservar o futuro? Creio que jamais voltarei para essa Europa e tudo o que é meu está lá... Nada tenho a ver com o mundo inglês e americano... De qualquer forma, consegui uma autorização para residência no Brasil, de modo que não precisarei mais mendigar vistos... Por enquanto, todos os países sul-americanos estão abertos para mim, mas isso pode mudar de repente, como foi na França, onde apenas há quatro meses eu era pessoa importante e, hoje, sou um fora-da-lei junto com meus livros...¹⁵

No entanto, outra obra de Zweig da mesma época – *O mundo que eu vi*, que viria a ser seu último livro, terminado de escrever em 1941 e publicado postumamente, em 1944 – mostra um cenário praticamente

14 Alberto Dines (ver nota 7), p. 238. O texto da conferência de Zweig, de 1940, foi reproduzido em Stefan Zweig, *O mundo insone e outros ensaios*, Rio de Janeiro 2013, pp. 280-296.

15 Ibid, p. 245. Esta carta não foi incluída na coletânea *Correspondance 1932-1942* (vide nota 8).

oposto. De início, o autor estabelece uma divisão radical no seio do povo judeu, para colocar-se do “lado bom”, mas não rejeita sua judeidade. Ao referir-se às origens de sua família materna, os Brettauer, comenta que

originalmente banqueiros [...], haviam se espalhado precocemente pelo mundo, partindo de Hohenem, um pequeno povoado na fronteira suíça. Uns foram para St. Gallen, outros para Viena e Paris, meu avô para a Itália, um tio para Nova York, e esse grande contato internacional deu-lhes um melhor polimento, uma visão mais ampla e além disso certa altivez familiar. Nessa família não havia pequenos comerciantes, não havia mais vendedores ambulantes, mas apenas banqueiros, diretores, professores universitários, advogados e médicos, todos falavam vários idiomas.¹⁶

Talvez a necessidade de ocultar sua condição judaica se restringisse a *Brasil, País do Futuro*, que certamente teria mais leitores nos círculos próximos ao governo brasileiro do que *O mundo que eu vi*¹⁷, o que reforçaria a tese de que se tratava de obra encomendada.

Ao mesmo tempo, tenta retirar importância dessa divisão, e esforça-se para reabilitar a imagem comum do judeu, que certamente o incomodava, argumentando que

na verdade em todas as famílias judias fazia apenas cinquenta ou cem anos que todos haviam saído do mesmo gueto judeu. Só muito mais tarde entendi que esse conceito de “boa” família, que para nós meninos parecia uma farsa parodística, nascia de uma pseudo-aristocracia artificial, uma das mais íntimas e misteriosas tendências da natureza judaica. Geralmente supõe-se que enriquecer é o verdadeiro e típico objetivo de vida de todo o judeu. Nada mais falso. O verdadeiro desejo do judeu, seu ideal imanente, é a ascensão intelectual para uma camada cultural superior.¹⁸

Mesmo reconhecendo e provavelmente exagerando, com indisfarçável orgulho, a importância da contribuição judaica para a cultura vienense,

16 Stefan Zweig (vide nota 4), p. 25.

17 A obra foi pela primeira vez publicada no Brasil, traduzida em português, somente em 1951.

18 Ibid, p. 26.

evidenciou-se pela primeira vez: nove décimos do que o mundo festejava como cultura vienense era uma cultura estimulada e alimentada pelos judeus vienenses ou era até mesmo uma cultura criada por eles¹⁹

Zweig não deixa de dar a impressão de que o judaísmo lhe é um fardo insuportável, ansiando por “dissolver-se no humano”: cita lord Rothschild, Warburg, Cassirer e Sasson – respectivamente ornitólogo, historiador da arte, filósofo, poeta – grupo ao qual pertencia ou certamente lhe agradaria ou acreditava pertencer – como exemplos de judeus que

Obedeceram ao mesmo impulso inconsciente de libertar-se do que torna o judaísmo estreito, o mero e frio ganhar dinheiro, e talvez nisso até se expresse o secreto desejo de, com a fuga para o intelecto, liberar-se do meramente judaico para se dissolver no humano.²⁰

Hannah Arendt explica que o status dos judeus na Europa, no final do século XIX e início do século XX – principalmente na Áustria, na Alemanha e na França – era não apenas o de um povo oprimido, mas o de povo pária. E a única salvação para esta exclusão social era a de se tornarem, individualmente, arrivistas.²¹ E em outro lugar acrescenta que

[o]s judeus sequer desejavam ser emancipados como um todo; desejavam escapar do judaísmo, se possível como indivíduos. Sua urgência estava em resolver secreta e silenciosamente o que para eles parecia um problema, uma desgraça pessoal. Na Berlim de Frederico II, uma solução pessoal para o problema judaico, uma fuga individual em direção à sociedade era difícil, mas não completamente impossível.²²

Para a pensadora,

[a] sociedade, confrontada com a igualdade política, econômica e legal dos judeus, deixou claro que nenhuma das suas classes estava preparada para

19 Ibid, pp. 39-40.

20 Ibid, p. 27.

21 Hannah Arendt, “The Jew as pariah: a hidden tradition” em *The Jewish Writings*, New York 2007, pp. 276, 296.

22 Idem, *Rahel Varnhagen, a vida de uma judia alemã na época do Romantismo*, Rio de Janeiro 1994, p. 18.

acolhê-los dentro de preceitos de igualdade social, e que somente seriam aceitas exceções individuais. Os judeus lisonjeados como exceções, os judeus “excepcionais”, sabiam muito bem que só a ambiguidade – isto é, o fato de serem judeus, mas presumivelmente não iguais aos judeus – abria-lhes as portas da sociedade. Ao se satisfazerem com esse tipo de relação, procuravam ao mesmo tempo “ser e não ser judeus”.²³

Naquela época, os judeus de Berlim e de Viena, no ápice de sua fortuna e aceitação social, esforçavam-se, na verdade, para impedir o influxo dos judeus da Polônia e da Galícia, pois não desejavam dividir a sua “igualdade” com os correligionários mais pobres e menos cultos, os quais não reconheciam como iguais.

O próprio Zweig tenta justificar essa ambiguidade em relação ao judaísmo, alegando que

o mais trágico nessa tragédia judaica do século XX foi que eles, que a sofriam, não encontravam explicação nem culpa para ela. Todos os seus antepassados expulsos nos tempos medievais pelo menos sabiam por que sofriam: pela sua fê, pela sua lei. [...] Enquanto a religião os unia ainda eram uma comunidade e por isso uma força. [...] Mas os judeus do século XX há muito não eram mais uma comunidade. Não tinham uma crença única, e seu judaísmo era antes peso do que motivo de orgulho, e não tinham consciência de nenhuma missão.²⁴

Com a ascensão do nazismo, no entanto, o que ele mais temia, o afundar-se em uma obscuridade na qual, despojado de sua fama, voltaria a ser o que tinha sido no começo de sua vida, se materializa: de uma hora para outra, o famoso intelectual Stefan Zweig tornara-se apenas o judeu Zweig. Um dos mais importantes arrivistas do início do século XX voltara a ser um simples pária. Pior: o cosmopolita, o cidadão do mundo, estava confinado a seu exílio nos trópicos. Em penetrante ensaio sobre nosso autor, escrito em 1943, Hannah Arendt observou que

Without the protective armor of fame, naked and disrobed, Stefan Zweig

23 Idem – *Origens do totalitarismo*, São Paulo 1989, p. 78.

24 Stefan Zweig (vide nota 4), pp. 508-9.

was confronted with the reality of the Jewish people. [...] Thus this Jewish bourgeois man of letters, who had never concerned himself with the affairs of his own people, became nevertheless a victim of their foes – and felt so disgraced that he could bear his life no longer. Since he had wanted all his life to live in peace with the political and social standards of his time, he was unable to fight against a world in whose eyes it was and is a disgrace to be a Jew. When finally the whole structure of his life, with its aloofness from civic struggle and politics, broke down, and he experienced disgrace, he was unable to discover what honor can mean to men.

For honor never will be won by the cult of success or fame, by cultivation of one's own self, nor even by personal dignity. From the "disgrace" of being a Jew there is but one escape – to fight for the honor of the Jewish people as a whole.²⁵

A vinda de Zweig para o Brasil suscita ainda outra reflexão, esta relativa à situação do imigrante, já desde o processo de transferência. Abdelmalek Sayad, em *A Imigração*, havia estabelecido a diferença fundamental entre o residente *imigrante* e o *estrangeiro*. Enquanto o estrangeiro está apenas de passagem, é um indivíduo de destaque que veio para o país por sua qualificação profissional diferenciada ou a serviço de seu empregador no exterior, por um período de tempo pré-estabelecido, não tem a intenção de se fixar no país de acolhimento para o resto de sua vida, o imigrante, em geral, tem baixa qualificação profissional, e veio em grupo, fugindo de dificuldades econômicas em seu país de origem, em busca de um novo começo; mas, de qualquer maneira, retém os laços com sua terra natal, tem para onde voltar, e anseia por voltar.²⁶

No entanto, essa situação não se aplica muito bem ao Brasil, particularmente no que diz respeito aos judeus. Sou de opinião que devemos tentar ir além da dicotomia oferecida por Sayad. Os grupos de imigrantes em países como o Brasil em geral não têm para onde voltar, e, se acontece, apenas fantasiam com o regresso a seus países natais. Sugiro, então, utilizar uma divisão em três grupos: a) a imigração coletiva a partir de países amigos,

25 Hannah Arendt (vide nota 19), "Stefan Zweig: Jews in the world of yesterday", p. 328.

26 Abdelmalek Sayad, *A Imigração*, São Paulo 1998, pp. 236 ss.

com objetivos sócio-econômicos bem definidos (imigrantes desejados, por exemplo, italianos, alemães, com experiência agrícola ou industrial notória, e que inclusive poderiam contribuir para o “embranquecimento da população”); b) a imigração coletiva a partir de outros países, ou com suporte de instituições internacionais, capazes de negociar em condições razoáveis com as autoridades locais, também com objetivos sócio-econômicos bem-definidos (imigrantes não-desejados – por exemplo, japoneses, chineses, árabes -, mas com papel na economia conhecido de antemão e necessário); c) por fim, a imigração individual, muitas vezes ilegal ou clandestina.²⁷

Os judeus, particularmente, em sua imigração para o Brasil, nunca tiveram atrás de si um estado; somente no episódio excepcional da colonização promovida pela ICA no Rio Grande do Sul tiveram o suporte de uma instituição capaz de representá-los. Via de regra, só restou aos judeus a vinda na condição de indivíduos ou famílias, fugindo de perseguições – como os *pogroms* russos no final do século XIX e começo do XX – ou de dificuldades econômicas insuperáveis, como ocorreu na Polônia após a Primeira Guerra Mundial, ou da tragédia nazista (alguns pressentiram sua extensão, ou não tiveram outras alternativas, e vieram antes da eclosão da guerra, outros vieram como sobreviventes dos campos de extermínio). Este foi o caso de Stefan Zweig, para quem se fechavam as portas de um país europeu atrás do outro.

Estes imigrantes individuais, muitas vezes clandestinos, outras tantas aproveitando brechas fugazes nas legislações restritivas, sem papel definido na economia nacional, além de “indesejados”, e por isso naturalmente discriminados pelas populações autóctones, tiveram que fazer frente à má-vontade das autoridades e à constante probabilidade de uma mudança na legislação que poderia resultar em sua deportação (para onde?). Humberto de Campos reflete bem essa situação, em crônica incluída em livro justamente intitulado *Os Párias*, publicado em 1938:

27 O conceito de imigrantes desejados e não-desejados foi desenvolvido por Jeffrey Lesser em *A negociação da identidade nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, São Paulo 2001. Ver, em especial, o capítulo “O hífen oculto” (pp. 17-35). Esse autor, no entanto, não diferencia entre a imigração de grandes grupos étnicos, de forma organizada, e a imigração de indivíduos ou famílias isoladas.

O Brasil devia, pois, abrir os braços a Israel, na hora em que o perseguem no Velho Mundo. [...] Nós possuímos, no céu e na terra lugar para o seu Deus e para o seu dinheiro. Venham com os livros de Moisés e com os livros de cheques. E só encontrarão irmãos, – e colocação do seu dinheiro a 12%.²⁸

Não é, pois, motivo de espanto sua constante sensação de insegurança, sua preferência por passarem despercebidos, a ocultar sua condição judaica. Ainda nas décadas de 1950 e 1960 era comum que, quando pressionados, se declarassem “de origem israelita”, como se “israelita” fosse menos infamante do que “judeu” no imaginário popular antissemita.

Imposição de seus contratantes, arrivismo, insegurança de refugiado cuja permissão de residência poderia ser cancelada a qualquer momento, ou tudo isso ao mesmo tempo, nunca poderemos saber ao certo os motivos que levaram Stefan Zweig a ocultar a presença de judeus no Brasil que explorou e descreveu.

Participando, em 1935, de simpósio patrocinado por um periódico britânico, Zweig reconheceu que a ascensão do nazismo representava um grave perigo não só para a vida econômica dos judeus, mas também para sua “alma”, para sua capacidade de permanecerem judeus. Porém, a única resposta que oferece para essa grande ameaça é a resistência interna. Fora de cogitação qualquer tentativa de mobilizar a opinião pública internacional, ou de promover boicote de produtos alemães, ou de se preparar para atividades de autodefesa. Pois justamente, afirma, o que alimentava a hostilidade e a desconfiança dos povos europeus seria a visibilidade dos judeus, seus usos e costumes diferenciados. Em sua opinião, os judeus deveriam, como o fizeram desde sempre, optar pela grande renúncia, pela limitação ao mundo interior. Abandonar as atividades públicas, em especial a participação na política dos países hospedeiros. Cuidar do próprio nariz.²⁹ Esta posição,

28 Humberto de Campos, “Em favor de Israel” (pp. 245-251), em *Os Párias*, Rio de Janeiro: São Paulo: Porto Alegre 1954, p. 250. Em outra versão da mesma crônica, incluída em Marcio C. Lima (org.), *Os Judeus na Alemanha no momento actual*, Rio de Janeiro 1933, pp. 18-9, essa última frase é substituída por outra, igualmente com um laivo antissemita: “E só encontrarão irmãos, – desde, está bem visto, que não venham aumentar o numero dos vendedores de moveis a prestações”.

29 Stefan Zweig, “Medo e recuo”, em *O mundo insone e outros ensaios*, Rio de Janeiro 2013, pp. 237-248.

que Alberto Dines qualificou de “medo transformado em estratégia”, foi confirmada por Zweig no ano seguinte, na Argentina, ao participar de evento fechado da comunidade de judeus de origem alemã lá residentes.³⁰

Não cabe no escopo deste artigo o registro da vivência brasileira de outros importantes intelectuais judeus que para cá vieram, fugindo do nazismo, durante o Estado Novo, como Herbert Caro (1935), Anatol Rosenfeld (1937) e Otto Maria Carpeaux (1939), entre outros. Esta temática, de inegável interesse, na verdade mereceria uma ampla pesquisa, abrangendo, talvez, a imigração de refugiados intelectuais de língua alemã, judeus e não-judeus, para a América do Sul – Brasil, Argentina, Colômbia, Uruguai.

Por outro lado, como informei no início, o foco aqui não está na avaliação da fortuna crítica, antes ou depois da morte de Stefan Zweig, de *Brasil, País do Futuro*, mas sim na possibilidade que uma releitura dessa obra, com o benefício do distanciamento temporal, abre para uma reflexão sobre a difícil relação de Zweig com o judaísmo, que na obra se caracteriza como um “ponto cego”, ou seja, sobre os possíveis fatores que o levaram, consciente ou inconscientemente, a apagar a presença de judeus no Brasil. Como é amplamente conhecido, a recepção do livro, quando de seu lançamento, foi muito negativa. Apresentei, ao longo do artigo, as principais críticas suscitadas pela obra. Na medida em que essa situação possa ter contribuído para o quadro de depressão que o oprimia, e que, por fim, o levou ao suicídio, vale a pena citar carta de Zweig a Alfredo Cahn, datada de 19.9.1941:

O livro sobre o Brasil saiu aqui e recebeu uma ótima acolhida. A única coisa que me aborreceu não foi que alguns jornais tenham sido críticos porque ele não era suficientemente entusiástico para seu supranacionalismo, mas sim que um rumor estúpido circulou segundo o qual eu teria escrito o livro sob comando e mesmo em troca de uma remuneração particularmente elevada do governo. Mas não há meio de se defender contra esse gênero de

30 Alberto Dines, “A questão judaica”, em Stefan Zweig, (vide nota 27), p. 236.

coisas, e depois, com o tempo, acaba-se por ter uma verdadeira pele de elefante.³¹

Em relação à militância de Stefan Zweig, fica então a dúvida: se quisesse e pudesse, pelo contrário, capitalizando sua condição de celebridade, evidenciar a participação dos judeus na vida nacional, “lutar pela honra do povo judeu como um todo”, *Brasil, país do futuro* poderia ter contribuído para amenizar a rejeição oficial à entrada de judeus, salvando a vida de pelo menos alguns refugiados?

31 Em Stefan Zweig (ver nota 1), pp. 398-9. Tradução minha.